

Por que fracassam os projetos de desenvolvimento entre os Guarani de Mato Grosso do Sul? Notas críticas para uma política de sustentabilidade

Fabio Mura

Resumo: Os projetos de desenvolvimento implementados entre os Guarani de Mato Grosso do Sul não têm, ao longo do tempo, alcançado os resultados esperados pelas agências que os promoveram (sejam do Estado ou missionárias). A história demonstra claramente que a lógica inerente a cada programa de intervenção permanece a mesma desde o século XIX e que o Estado e as missões têm investido consideráveis somas para tornar estes indígenas “produtivos”, segundo uma ótica ocidental. O presente trabalho procura, então, ilustrar o porquê desses fracassos, apontando para a incompatibilidade entre as características da organização do trabalho guarani e aquelas que os agentes ocidentais pretendiam e pretendem ainda impor, por meio de um planejamento cartesiano das atividades tecno-econômicas a serem executadas pelos índios.

Palavras chaves: Índios Guarani de MS; projetos de desenvolvimento; organização social do trabalho.

Abstract: Development projects implemented among the Guarani of South Mato Grosso have not, over the years, given the results expected by the agencies that promoted them (whether the State or missionaries). History clearly shows that the inherent logic of each programme of intervention remains the same since the 19th century and the State and missions have invested considerable sums to make the indigenous peoples “productive”, according to a western viewpoint. The work in hand seeks, then, to illustrate the reason for these failures, pointing out the incompatibility between the characteristics of organization of Gurani work and those that the western agents intended and intend to impose, by way of Cartesian planning of techno-economic activities to be carried out by the Indians.

Key words: Guarani Indians in South Mato Grosso; development projects; social organization of work.

Professor visitante da UEMS,
doutorando do PPGAS-MN.

Introdução

Mato Grosso do Sul é o estado que concentra hoje o maior contingente populacional guarani do Brasil, abrangendo os Kaiowa e os Nandéva. Famílias destes dois grupos distribuem-se em mais de 30 áreas, com dimensões variadas e em diferentes condições de regularização fundiária (demarcadas, identificadas ou em acampamentos aguardando reconhecimento do Estado). Os territórios Nandéva e Kaiowa, somando-se Mato Grosso do Sul e o Paraguai oriental, abrangem ampla região, dividida pela fronteira entre os dois países. Do ponto de vista demográfico, é no lado brasileiro que se registra maior número de famílias guarani, alcançando, segundo dados recentes da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), aproximadamente 35.000 indivíduos. Apesar de estarem estabelecidos em uma região que supera 3.500.000 ha de superfície (o extremo sul do MS), os espaços de ocupação exclusiva guarani não alcançam os 40.000 ha. Há, sim, uma forte concentração populacional nas minúsculas reservas instituídas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) entre 1915 e 1928, situação que contrasta fortemente com as exigências da morfologia social e da organização territorial desses indígenas.

A vida contemporânea dos Guarani é, portanto, marcada por uma situação histórica dramática com relação às potencialidades de realização de seu modelo tecno-econômico e ao desenvolvimento de sua tradição de conhecimento (Barth, 1987, 1993), tradição que está sujeitada a formas de dominação colonial que impedem uma adequada administração dos recursos, por um lado, “naturais”, e, por outro, daqueles proporcionados pelo contato interétnico.

Quatro fatores podem ser apontados como relevantes tanto para se compreender as atuais dificuldades na execução das atividades tecno-econômicas dos Guarani de Mato Grosso do Sul, quanto do porquê do fracasso dos projetos de desenvolvimento que foram e ainda são implementados entre estes índios:

- 1) o processo de colonização de seus territórios;
- 2) as características da organização social e política dos Kaiowa e Nandéva;
- 3) as conseqüências da intervenção do Estado na organização política das reservas e Áreas Indígenas guarani;
- 4) a transformação da organização tecno-econômica desses indígenas em resposta adaptativa às características sócio-ecológico-territoriais da região.

A seguir descreveremos estes fatores, buscando, na conclusão, analisar as principais causas do histórico desencontro entre as práticas implementadas pelo Estado brasileiro e aquelas concebidas pelos Guarani.

Os processos de colonização dos territórios guarani em Mato Grosso do Sul

B. Susnik (1979-80, 1983), com base em Montoya (1876 [1639]), considera que a organização entre os Guarani do passado era expressa por uma unidade político-territorial, o *guára*, um amplo espaço geográfico onde se relacionavam unidades formadas por famílias extensas, definidas pela autora como *te'yi-óga*, isto é, o *te'yi*, constituindo a família extensa e *óga*, representando a habitação comum que abrigava a totalidade do grupo familiar. Localizando-se os *te'yi-óga* a várias léguas de distância um do outro, os encontros entre eles efetuavam-se periodicamente, especialmente por ocasião de cerimônias religiosas e festas profanas, bem como para a determinação de alianças e expedições guerreiras. Na vida cotidiana as atividades econômicas (agricultura, caça, pesca e coleta) e técnicas (construção de artefatos) eram fruto da cooperação do grupo doméstico constituído pelo *te'yi-óga*, o que garantia uma autonomia relativa em face da unidade maior do *guára*.

Permanecendo praticamente intocado até metade do século XIX, o cone sul de Mato Grosso do Sul permitiu que os Guarani pudessem reproduzir esse modelo de organização política, econômica e territorial descrito por Susnik, sem significativas condicionantes coloniais.

Após a guerra entre Brasil e Paraguai (1664-1870), a redefinição das linhas de fronteira entre os dois países levou à colonização progressiva dos territórios ocupados pelos Kaiowa e Nandéva (Corrêa Filho, 1969; Thomaz de Almeida, 1991; Mura & Thomaz de Almeida 2002; Thomaz de Almeida & Mura 2004; Brand, 1997, 2001). Num primeiro momento, a concessão do Governo do Estado do Mato Grosso à Cia. Matte Laranjeiras para explorar os ricos ervais existentes na região suscitou uma aproximação entre brancos e índios, fundada em relações de trabalho, em que os Guarani, em alguma medida, disponibilizavam sua mão-de-obra para a extração da erva mate, limitando-se, inicialmente, a curtos períodos de trabalho – o tempo necessário para se obter utensílios metálicos (ferramentas, panelas, etc.), bem como tecidos e outros objetos de seu interesse.

Esta empresa concessionária restringia suas atividades à extração da erva-mate, sem voltar seus interesses para a colonização, divisão ou

alienação das terras arrendadas, que eram tradicionalmente ocupadas pelos Kaiowa e Nandéva. Assim, até a segunda década do século XX estes indígenas não sofreriam significativas mudanças nas suas formas tradicionais de organização territorial; as famílias extensas limitavam-se, então, a incorporar os trabalhos periódicos (*changa*) nos ervais em suas estratégias tecno-econômicas.

A situação mudou significativamente – mas não radicalmente – nas décadas seguintes, quando a Matte Laranjeiras já não detinha concessão exclusiva sobre as terras, e novos colonos passaram a ocupar progressivamente a região. Concomitantemente, o governo federal cria, em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que entre 1915 e 1928 institui oito reservas destinadas aos grupos guarani em pauta, com o intuito de “aldeá-los”¹. O aldeamento tinha o duplo escopo de subtraí-los à exploração por parte de colonos e ervateiros e liberar espaços para a colonização (Lima, 1995). Contudo, há que se levar em conta que esta ação do Estado brasileiro, levada a cabo por muitas décadas, não passou de tentativa incompleta de “aldear” todos os índios; na realidade, a maioria dos grupos macro-familiares guarani da região manteve-se nas densas matas que existiam em seu território, assentados nas cabeceiras e ao longo de rios e córregos. Pode-se dizer que mesmo as famílias “aldeadas” (que, portanto, “permaneciam” nas áreas reservadas), mantiveram, sempre, um alto grau de mobilidade territorial, estabelecendo alianças de casamento com as famílias extensas “desaldeadas” – isto é, que viviam fora das reservas. Tais relações, que se operam também nos dias de hoje, suscitam traslados constantes dos parentes, criando uma circulação entre os inúmeros lugares do interior do que Susnik definia como *guára* e que hoje é pelos índios denominado *tekoha guasu* (*tekoha*: “lugar grande onde realizamos nosso modo de ser”, *guasú*: grande, amplo) (Mura, 2004; Mura & Thomaz de Almeida, 2002).

Até meados dos anos de 1960, pode-se afirmar, havia redes de famílias indígenas que ocupavam plenamente o território, embora este não fosse mais exclusivo. Os índios, com a presença cada vez mais marcante do colonizador, viram-se impingidos a compartilhar espaços com ervateiros e fazendeiros. A ação colonizadora até aquele momento não produzia grandes efeitos nas oito reservas destinadas aos Kaiowa e Nandéva pelo SPI.

Mudanças ecológicas radicais se processaram a partir da década de 1960 e, mais intensamente, de 1970. Desde essa época, a maior parte das extensas matas da região foi sendo sistematicamente derrubada para dar lugar à implantação de fazendas; os índios foram, paulatinamente, sendo retirados, de modo compulsório, de seus lugares tradicionais, ocasionando

forte densidade populacional nas reservas do SPI. Famílias pertencentes a unidades políticas diferentes e até mesmo inimigas foram obrigadas a conviver nos exíguos espaços reservados pelo Estado. Nesta situação, a eficácia da intervenção dos agentes coloniais aumentou, permitindo a construção de estruturas de poder que tiveram significativas conseqüências na organização interna das reservas, favorecendo a solidificação do papel de “capitão” indígena, introduzido pelo Estado, para mediar as relações com essa população. Conjuntamente com o SPI e também engajadas no mister de transformar as características morfológicas e de organização social dos indígenas, agiam as missões religiosas, especialmente a Missão Evangélica Caiuá (MEC), que a partir de 1928 radicou-se nos limites de seis das oito reservas do SPI (Thomaz de Almeida, 1991).

Configurou-se, assim, uma tríade, composta pelo agente oficial do SPI denominado Chefe de Posto, o pastor missionário e o “capitão” que passaram a impor regras políticas e lógicas de desenvolvimento alheias à tradição guarani. Isto ocorria, muitas vezes, porque algumas famílias indígenas, apoiadas neste suporte externo, podiam exercer com mais eficácia o poder sobre as rivais, não querendo isto dizer que se teriam convertido ou assumido uma outra ótica comportamental. O fator cultural básico permanecia o mesmo, ao ponto de as acusações de práticas de feitiçaria – dirigidas aos xamãs que são relacionados às famílias não aliadas – terem-se constituído numa arma formidável nas mãos dos missionários. Estes logravam, por determinados períodos, manter isolados os operadores rituais tradicionais com relação a muitas famílias que temiam ser atingidas por doenças consideradas como obra de um feiticeiro.

Embora com eficácia variável dependendo das características de cada reserva e da capacidade dos Guarani de contornar estas práticas colonizadoras, em alguns locais este procedimento assumiu conotações dramáticas, cometendo-se atos de violência física e psicológica para com as famílias que rejeitavam o novo ordenamento político, religioso e tecnocômico. Em algumas situações, o ordenamento político-militar representado pelo Chefe de Posto, o “capitão” e o missionário permitiu a criação de estruturas de poder que, para sua manutenção e conquistas, chegou a criar um clima de terror no interior das “aldeias”.

O sistemático desmatamento da região, a conseqüente expulsão de famílias indígenas de lugares tradicionalmente por elas ocupados e a situação dramática das reservas, conformavam uma situação insustentável para a vida guarani, o que se revela na organização de seu movimento de reivindicação por terras, iniciado no final de 1978 (Thomaz de Almeida, 2001; Thomaz de Almeida & Mura, 2004). Este movimento

foi-se avolumando ao longo dos últimos vinte e sete anos, com resultados palpáveis no reconhecimento do Estado brasileiro deste processo de recuperação de terras tradicionais que se tornaram fazendas. Durante este período foram identificadas vinte áreas Guarani no Mato Grosso do Sul (Mura, 2004). Embora em diferentes estágios do processo de regularização e, apesar das superfícies que estão longe de satisfazer plenamente as necessidades territoriais e da morfologia social desses índios, essas vinte áreas representam, para os Guarani, conquistas relevantes na relação com o mundo ocidental contemporâneo.

As reivindicações fundiárias indígenas advêm de demandas localizadas em conjuntos de famílias extensas aliadas em torno da noção de pertencimento e origem comuns a uma determinada terra, e que, de modo autônomo e constituídas em comunidades políticas, desencadeiam processos e se articulam, seja no sentido de reaver terras das quais foram obrigados a sair, seja para se manter no lugar de ocupação tradicional. Cabe apontar, como uma importante ressalva para o entendimento desses povos, que inexistente entre eles uma organização política centralizada deste movimento; não há uma associação com a legitimidade de representar o grupo étnico, formalizada e centralizada em mãos de dirigentes instituídos. Com relação à questão fundiária, revela-se a manutenção da tradicional autonomia política dos grupos familiares kaiowa e ñandéva. As características étnicas desse processo de articulação política em busca de espaços para viver encontram expressão na existência da *aty guasu* (assembleia geral), um fórum intercomunitário que surgiu em 1978. A rigor, essas “assembleias gerais” são tradicionalmente realizadas no interior de cada comunidade e prevê a participação de todos os seus integrantes. Foi exatamente para dar espaço à discussão sobre a terra, que diz respeito a toda a população kaiowa e ñandéva do MS, que os índios instituíram esse *aty guasu* intercomunitário de maior envergadura.

Quando cotejadas com as reservas fundadas pelo SPI, as áreas reconquistadas apresentam características diferenciadas, sendo a organização espacial ora definida por critérios de autoctonia ora a partir da morfologia social indígena. Além disso, nos lugares reavidos configuram-se conjuntos políticos demograficamente menores e equilibrados em face da terra disponível e composição mais homogênea no estabelecimento de alianças entre as famílias aí localizadas; tampouco se verifica aqui aumentos populacionais exponenciais, como ocorrido nas reservas. Calçadas em critérios étnicos de ocupação dos espaços de um *tekoha*, as famílias que integram essas comunidades o fazem com base nas relações de parentesco; assim, as famílias extensas que pertencem a um determinado *tekoha*

e conformam a comunidade estarão relacionadas por laços de parentesco formais ou consangüíneos, a outros *tekoha* de uma região mais ampla – o *tekoha guasu*, como a denominam os Kaiowa e Ñandéva da atualidade.

Características da organização social e política dos Kaiowa e Ñandéva

Como mencionado, os Guarani articulam a vida social por meio da família extensa², unidade cuja constituição se deu em períodos pré-colombianos, que pode ser considerada base da organização social, política e material desses índios. Denominada atualmente de *te'yi* (termo utilizado pelos Kaiowa) ou *ñemoñare* (como a denominam os Ñandéva), dependendo da coesão social e do contexto histórico, esses grupos macro-familiares podem conter em seu interior até cinco gerações. Com a morte do líder da família extensa, o *tamõi* (avô) ou o *tamõi guasu* (bisavô ou tataravô), e ao ampliar-se o grupo pelo movimento temporal da linha genealógica com o surgimento de novas gerações, diminui o vínculo entre os filhos do falecido. Isto ocorre porque, estes últimos, tornando-se, por sua vez, *tamõi*, encontram-se em condições de formar novas famílias extensas, espacialmente independentes, podendo, assim, dar vida a configurações territoriais diferentes com relação à situação anterior.

A família extensa Guarani tem funcionado, no tempo e no espaço, como um módulo com características de autonomia relativa a partir do qual os indígenas constroem formas de agregação mais ampliadas, caracterizando relações políticas comunitárias, intercomunitárias e interétnicas, delineando uma tradição de conhecimento que objetiva legitimar a própria organização social, discriminando-a perante outras. As famílias extensas são também motoras das atividades econômicas e técnicas e, sendo semi-autônomas, estabelecem estratégias diferenciadas de sobrevivência e de realização do *teko* (o modo de ser guarani), contribuindo, através das contínuas interações que realizam, para a produção de um *corpus* comum de normas, valores e conceitos, que geram consensos sociais e dão sentido e ampliam a visão do mundo e a historicidade guarani.

Seria um equívoco pensar a família extensa como uma instituição pretérita, reduzindo sua existência atual a um mero resultado de processos de “resistência”. Seria também equivocado pensá-la como tendo sido sempre idêntica ao longo do tempo, apresentando-se hoje diversa por impossibilidade de manter-se em “nichos ecológicos originais”. Tais formas de entender a organização social desses indígenas cristalizam e tornam estático o que é dinâmico porque, como não poderia deixar de ser,

está inscrito em um processo histórico em contínua transformação. Nestes termos, não podemos nos referir à família extensa de hoje como organizada conforme o era no passado longínquo, da mesma forma que não podemos pensar nossas instituições contemporâneas como clones das instituições medievais. Contudo, embora tenham ocorrido transformações na organização das atividades indígenas como respostas adaptativas do grupo étnico a cada situação histórica vivenciada no correr dos séculos – como será visto a seguir –, o que deve ser relevado é o fato de que a família extensa se mantém como base da vida social guarani, razão pela qual poderíamos considerá-la como “tipo organizacional” – uma denominação feliz utilizada por Barth (1969) para conotar os grupos étnicos.

Como visto, segundo Susnik os Guarani históricos viviam em unidades locais relacionadas entre si e ocupando grandes extensões territoriais, os hoje denominados *tekoha guasu*. As transformações de ordem material advindas da circulação de objetos provenientes do exterior – devido à presença do homem branco – têm permitido aos índios desenvolverem atividades tecno-econômicas diferenciadas e, às vezes, alternativas, com relação àquelas praticadas anteriormente. Num primeiríssimo momento, os conquistadores, que desconheciam as “novas” terras, praticavam o escambo, depois substituído pela tentativa de confinamento em missões religiosas, escravidão de espanhóis e portugueses e, em seguida, o estabelecimento de relações de trabalho temporário com os novos colonos, denominadas de *changa*. Contrariamente ao que aponta Schaden (1974) baseado no paradigma da aculturação, o engajamento dos indígenas nestas novas atividades não implicou o abandono do sentimento étnico e muito menos mudanças radicais do estilo de vida dos Guarani (Thomaz de Almeida, 2001; Mura, 2000). Os indígenas passam progressivamente a transformar a organização das unidades domésticas, lançando mão de formas flexíveis que permitem adequações às novas circunstâncias que se construíram no correr dos últimos séculos.

Deste modo, processou-se, por exemplo, a passagem de uma situação em que os membros de uma família extensa viviam em uma única casa, para uma distribuição das famílias nucleares em habitações unitárias e menores, assentando-se em torno da residência do *tamõi* ou *tamõi guasu* (líder do grupo) (Thomaz de Almeida, 2001; Mura, 2000). Como decorrência, colocou-se a necessidade de adequação dessa variação morfológica às condições do trabalho agrícola, da caça, da pesca e da coleta, reproduzindo-se no interior do espaço de domínio da família extensa as mesmas regras observadas no passado para manter o exigido distanciamento entre as famílias nucleares: cada uma destas se estabelecerá em espaços onde

fosse garantido o cultivo, a colocação de armadilhas, a coleta de plantas medicinais, frutos selvagens, mel, etc.

A nova configuração espacial dá continuidade à lógica de apropriação do território perpetrada pelos Guarani. Os grupos macro-familiares se estabelecem preferencialmente nas nascentes de rios e córregos, distribuindo-se as famílias nucleares ao longo e ao redor de cursos fluviais ou minas de água. Em decorrência deste critério, o espaço intercorrente entre os lugares de domínio das famílias extensas pode abranger grandes distâncias; isto não implica, porém, a ausência de relações e circulação permanente de parentes que se visitam e que se conectam entre si, seguindo a lógica do *oguata* (andar, caminhar), através de uma ampla rede de trilhas (*tape po'í*), a qual determinará a amplitude dos domínios das parentelas e das comunidades. O ir de uma residência à outra é uma instituição motivada culturalmente, com reflexos presentes na cosmologia guarani. Nas narrações míticas, as divindades do panteão indígena percorrem caminhos que os levam de residência em residência, e assim fundam as instituições para a humanidade, bem como as relações desta com os outros domínios do Cosmo (Mura, 2004).

O aspecto religioso, em virtude de seu papel central na manutenção do equilíbrio cósmico, é fundamental na formação e manutenção das relações sociais e tecno-econômicas. É por ocasião das cerimônias religiosas, às quais freqüentemente seguem-se festas profanas (*guachire*), que os indivíduos provenientes de vários lugares travam conhecimentos e solidificam alianças, dando lugar a uniões matrimoniais e liames entre grupos familiares.

As regras das relações comunitárias, por outro lado, são definidas nas já mencionadas *aty guasu*. É neste foro que se designa, por consenso e com base nas qualidades pessoais de liderança, um *mburuvicha*, que será o líder responsável pela coordenação das atividades que atinge o *tekoha* como um todo, bem como pela representação das políticas da comunidade para o mundo exterior.

Por ocasião de conflitos entre as famílias extensas que dão vida a uma comunidade política, podem efetivar-se as seguintes situações: 1) simplesmente interrompem-se as relações, ficando o grupo minoritário isolado; 2) na ausência de fronteiras físicas que se interponham entre os indígenas e a natureza da qual obtêm seu sustento, os grupos minoritários podem deslocar-se para nascentes ou margens de rios mais distantes; ou 3) a partir da sua localização, o grupo minoritário estabelece novas relações com famílias extensas mais distantes, incorporando-se nelas ou dando vida a uma outra relação comunitária (Mura, 2004).

As características da vida política comunitária e inter-comunitária descritas até aqui espelham as exigências da morfologia social do grupo em situações nas quais, como foi evidenciado, existe uma continuidade territorial e ecológica que não impõe aos indígenas barreiras indepassáveis obrigando-os a estar em espaços reduzidos e com fronteiras bem delimitadas. Os Guarani foram progressivamente levados a estas últimas condições pela política indigenista de Estado, coadjuvada por instituições missionárias.

As conseqüências da intervenção do Estado nas reservas e áreas indígenas Guarani do MS

O processo de compulsório aldeamento promovido pelo Estado brasileiro e que alcançou seu ápice nos anos de 1970 representa formas de intervenção voltadas para a instituição de processos de *territorialização*³ sobre os índios, impondo regras de assentamento e de administração política dos espaços destinados aos indígenas, suscitando ajustamentos situacionais na organização comunitária. Nesse sentido, os limites territoriais impostos com as exíguas reservas impedem que os grupos familiares, oriundos ou criados em decorrência das cisões de grupos maiores, possam estabelecer-se em locais de sua escolha.

Ainda mais problemática é a centralização de poder nas mãos de um “capitão”, exigida pelos agentes indigenistas e os missionários, que reconhecem lideranças a partir da “aldeia” reservada e não como resultado de alianças situacionais entre famílias extensas, conforme as formas tradicionais de organização social e política vigente entre os Guarani. Quando esta inversão ocorre, o cargo de “capitão” sobrepõe-se à figura tradicional do *mburuvicha*, mudando a característica que os índios atribuem ao líder político da comunidade; procede-se à eliminação da transitoriedade situacional que caracterizava a função do *mburuvicha*, em favor da necessidade administrativa de se ter um representante indígena que possa mediar a relação entre agentes do Estado e os indígenas.

Considere-se, de outro lado, que o processo de cisão e de antagonismo entre famílias rivais, efeito da própria dinâmica territorial e política guarani, pode, em determinados momentos, produzir uma pluralidade de líderes, todos legítimos e cada um expressará as necessidades de seu grupo macro-familiar; cada um deles, a rigor, representando uma configuração comunitária.

Até a década de 1970 as “aldeias” reservadas mantinham população relativamente equilibrada, com a maioria dos indígenas permane-

cendo nas matas da região; as famílias podiam, então, configurar comunidades diferenciadas no interior das unidades administrativas instituídas pelo Estado. Mas, como já exposto, a situação territorial mudou significativamente a partir daí. O aldeamento compulsório engendrou um processo de centralização que levou alguns grupos a exercer o poder sobre outros – com o apoio e o incentivo de indigenistas e missionários – delineando-se, assim, em nível local, estruturas políticas assimétricas.

Com o passar dos anos, deu-se uma sedimentação de práticas indigenistas e missionárias que favoreceram e naturalizaram a idéia de que para cada “aldeia” seria necessário “eleger” um único “capitão”, desconsiderando-se por completo os padrões étnicos de organização política. As *aty guasu* nas aldeias, cuja função era definir linhas políticas e escolher consensualmente – fundados numa lógica de democracia substancial, típica das sociedades acéfalas, como a aqui tratada – seus representantes, passam a manifestar pontos de vista antagônicos, espelho das diferentes facções presentes nas reservas, como resultado do processo de *territorialização*. A escolha de representantes políticos que fossem a síntese dessas discussões faz-se cada vez mais difícil, alcançando-se momentos de forte impasse e a proliferação de diferentes líderes, alguns reconhecidos pelo Estado e outros não. A imagem de “comunidade” entendida e promovida pelos agentes indigenistas e pelos missionários como sendo a soma aritmética da população global de uma determinada “aldeia” permitiu, no processo, deslegitimar as regras tradicionais de administração política das *aty guasu*, favorecendo e impondo formas procedentes da democracia formal, típica do ordenamento político do Estado-Nação. Assim, nas reservas foi-se impondo a escolha do “capitão” pela lógica de maioria-minoria, com eleições periódicas, que em muito contribuíram para a geração de conflitos.

A recuperação de antigos *tekoha*, embora mudando-se a estrutura interna de ocupação e distribuição das famílias em seu interior, permitiu que as regras impostas nas “aldeias” reservadas tendessem a ser abandonadas em favor do critério tradicional de organização política, suscitando grandes contradições, devido ao fato que, eleito pelo processo descrito, o “líder comunitário” representará na prática, apenas o seu grupo macrofamiliar e seus aliados, contemplando apenas uma parte das famílias do *lugar*. Independentemente da pressão para a existência de um “capitão”, as famílias permanecem fortemente unidas para construir a legitimidade política, ancoradas nas relações de parentesco e na exclusividade de usufruto sobre um determinado espaço territorial no interior do *tekoha*. Em certa medida, esta situação se apresenta também dentro das reservas, onde ainda existem formas tradicionais de ocupação do espaço.

A situação nas reservas, contudo, agravou-se nos últimos anos, quando a FUNAI passou a contratar índios como Chefes de Posto, cargo que responde pela execução da política indigenista do Estado e da administração dos recursos destinados à comunidade na qual está lotado. O desempenho desses funcionários indígenas, porém, do ponto de vista político e prático, reproduzirá o mesmo desenho verificado com a instituição do “capitão”, uma vez que o desempenho deste funcionário estará condicionado a suas relações de parentesco, o que o levará a conduzir uma gestão administrativa que atenda prioritariamente aos que podem fortalecê-lo no cargo, a começar por seu grupo familiar. Como se verifica em muitos lugares, isto acirrou ainda mais situações já assimétricas no interior da vida política das reservas, contrastando com as regras tradicionais, que exigem equilíbrio e simetria nas relações comunitárias.

Os “Projetos de Desenvolvimento Comunitário”, implementados pela FUNAI durante a década de 1970 e na primeira metade da de 1980, seguindo a imagem de comunidade como a totalidade da população de uma “aldeia”, e pressupondo que os índios trabalhassem a partir desta coletividade, pretendiam dar vida a atividades agrícolas que violentavam as formas tradicionais de cooperação tecno-econômica. Tanto Silva (1982) quanto Thomaz de Almeida (2001) colocam em evidência que quanto mais se força os índios a trabalharem nesses grupos heterogêneos, mais os projetos tendem ao fracasso. Voltaremos adiante a esse tema, visto que constitui ele um elemento central para qualquer forma de intervenção em áreas guarani.

Em decorrência das mal-sucedidas intervenções da FUNAI em suas diferentes esferas de atuação, e do agravamento das relações políticas no interior das áreas indígenas guarani em Mato Grosso do Sul – quer pelos procedimentos impostos pela FUNAI, quer pelo intenso fluxo de famílias que se mudaram para as reservas –, o que se observou nos últimos 30 anos foram reações e questionamento dos índios com relação à situação vivida. Com uma visibilidade crescente, famílias indígenas que se consideram prejudicadas têm buscado uma reversão em favor de procedimentos tradicionais de escolha do líder comunitário; em alguns casos, têm havido questionamentos em relação à própria legitimidade do “capitão”, sendo apresentada, como alternativa, a pluralidade de líderes, cada um representando legitimamente o conjunto de famílias às quais está se referindo.

As dinâmicas sociais que têm caracterizado a vida guarani de Mato Grosso do Sul na atualidade são da maior importância e devem ser levadas em conta, já que são determinantes para compreender as condições em que são desenvolvidos projetos tecno-econômicos e de gestão

territorial. Antes, porém, é oportuno descrever os aspectos organizativos das atividades tecno-econômicas desenvolvidas pelos índios nas várias circunstâncias encontradas, assim como as relações que os Guarani estabelecem com a “natureza” e o mundo material em geral.

A transformação da organização tecno-econômica dos Guarani como resposta adaptativa às características sócio-ecológico-territoriais da região

No passado os Guarani realizavam suas atividades tecno-econômicas quase que exclusivamente dentro das unidades de produção e consumo constituídas pelos *te'yi* ou *ñemoñare* (famílias extensas), tendo como fator central o conhecimento de técnicas de produção que permitiam a confecção de ferramentas e objetos necessários à vida cotidiana doméstica e ao desempenho pleno das atividades de agricultura, caça, pesca e coleta. Cerâmica, cestaria, tecelagem, instrumentos líticos e em madeira eram produzidos no interior do grupo doméstico, não sendo indispensável estabelecer relações de troca ou de comércio com populações vizinhas ou com outras unidades domésticas do mesmo grupo étnico.

Como vimos, a colonização européia, por seu turno, veio a oferecer novos elementos técnicos, especialmente os metálicos – machado, facão, foice, panela e outros. A constatação empírica da eficácia da nova e desconhecida tecnologia teria levado os Guarani históricos a um acercamento aos brancos para terem acesso a ela, pelo escambo ou, em muitos casos, por meio de incursões bélicas para saque; de todos os modos, estavam os índios condicionados ao contato, na medida em que não tinham conhecimento técnico para renovar os objetos. Por outro lado, estas inovações tecnológicas não teriam representado nenhuma “revolução” econômica na vida desses indígenas, que sobrepujaram velhas e novas tecnologias sem que isto significasse variação nas atividades de produção anteriores à inovação, embora apresentassem maior eficácia técnica. Assim, para incorporar esse novo material, o eixo principal na formação da bagagem de objetos disponíveis para cada grupo doméstico passou progressivamente das “técnicas de produção” àquelas de “aquisição”.

Como visto acima, o contato mais intenso e permanente entre os Guarani e os colonizadores se daria no final do século XIX, com a chegada da Companhia Matte Laranjeiras e, mais intensamente, a partir do início do século XX, com a quebra do monopólio dessa empresa e o fluxo mais intenso de colonizadores na região. A partir de então, e com a

decorrente intensificação nas relações de trabalho com os brancos, é que os objetos procedentes do novo universo sócio-técnico passaram a ter peso e relevância na determinação da dinâmica territorial, permitindo que as técnicas de aquisição de bens presentes na região se associassem à tradicional mobilidade guarani (*oguata*). Com a intensificação da presença do branco no decorrer do século XX, os Guarani, fundamentados em preceitos definidos no processo de construção da tradição de conhecimento, passaram a criar mecanismos para acompanhar as transformações sócio-ecológico-territoriais daí decorrentes (Mura, 2003).

Assim, a formação das fazendas e empresas agropecuárias que se implantaram no território indígena só foi possível com o desmatamento de suas florestas, provocando o empobrecimento dos espaços de caça; da mesma forma, o assoreamento de rios acarretou diminuição na população aquática, fonte protéica simbolicamente relevante para os índios. A introdução de pastagens africanas para a criação de gado extensiva, por outro lado, passou a representar uma das maiores pragas para os índios, já que seus conhecimentos técnicos se mostraram inadequados para combatê-las. A prática agrícola tradicional, baseada nas técnicas de coivara, passou a ser de difícil aplicação, dada a escassez de matas. A paisagem foi progressivamente se transfigurando no extremo sul do MS; a situação ecológica sofreu profundas alterações, onde se incluem as reservas indígenas, que, em decorrência de uma lógica “modernista” propalada então pela FUNAI, foram quase totalmente desmatadas para dar vida a uma agricultura mecanizada.

Com efeito, os “Projetos de Desenvolvimento Comunitário” eram implementados em se pensando que as reservas deveriam tornar-se suficientemente produtivas para competir no mercado, liberando o Estado de qualquer ônus (Silva, 1982; Thomaz de Almeida, 2001). Para tal propósito, a mecanização era considerada variável tecnológica determinante; o trator surgiu então como meio técnico central na tentativa de mudar a organização social do trabalho no interior das reservas, com o intuito de enfrentar as conseqüências do aumento desmesurado no número de habitantes, decorrente do massivo aldeamento de famílias indígenas. Para dar conta de muita gente e pouca terra, considerou-se que a mecanização das lavouras permitiria uma racionalização economicamente mais rentável. Nesse raciocínio não foi considerado o fato de que a população indígena pudesse manifestar uma racionalidade tecno-econômica baseada em premissas incompatíveis com a prática sugerida pelos agentes do Estado.

Diante do oferecimento do trator, os índios não o rejeitaram; muito pelo contrário, passaram a adquirir competência técnica no uso deste

meio, bem como de seus implementos, especialmente em decorrência das experiências de trabalho (*changa*) desenvolvidas nas fazendas. O interesse dos Guarani pelos tratores estava ligada a dois fatores: de um lado, combater as pastagens que impediam a instalação de suas roças; de outro, imitando as atividades dos brancos, pretendia-se introduzir uma lógica de produção “moderna”, considerada por algumas famílias como mais eficaz. Em ambos os casos os índios viram sistematicamente frustradas suas expectativas tecno-econômicas, visto que esta ferramenta se mostrava incompatível com as características da organização social do trabalho guarani e da noção de tempo das famílias extensas que deveriam ser beneficiadas. De fato, para que o uso do trator possa tornar-se mais racional e seja obtido maior proveito na equação tempo-produção, é necessário utilizá-lo em grandes extensões de terra, o que contrasta com as pequenas parcelas de terra para o plantio das roças guarani – que não superam os três ou quatro hectares.

Com relação à temporalidade na execução das atividades, há ainda acentuadas lacunas entre os dois “modelos tecno-econômicos”. Se, incorporando-se à lógica da maximização do produto desejado, nas fazendas a realização das atividades produtivas baseia-se numa seqüência cartesiana, com fases planejadas, definição de metas a serem alcançadas, meios a serem utilizados e mão-de-obra necessária em cada etapa, os Guarani, por sua vez, *previnem-se* (Bourdieu, 1963, 1977), realizando um trabalho voltado para a manutenção do equilíbrio da vida familiar, para as relações sociais e políticas, e, por conseguinte, para o ordenamento cósmico. Assim fazendo, os índios subordinam suas atividades tecno-econômicas a uma cotidianidade constituída de pequenas e inúmeras ações, cujo planejamento não vai além de três dias (*ko'e mbuérõ pevê*), cabendo à seqüência dessas ações a determinação da estrutura temporal da vida cotidiana e os sistemas sócio-técnicos gerados.

Para melhor compreender essa característica da vida indígena é oportuno levar em conta três fatores fundamentais.

Em primeiro lugar, um dos fatores centrais da vida desses indígenas é que longos períodos de tempo são investidos na socialização cotidiana, os parentes visitando-se mutuamente, e preparando-se cerimônias religiosas e festas profanas. As atividades tecno-econômicas estão, portanto, subordinadas e vinculadas à manutenção de uma rede de relações sociais e à sua temporalidade.

Em segundo lugar, mas não menos significativo, pode-se dizer que a família extensa continua sendo o motor da sociedade Guarani, unidade doméstica que constitui o ponto de partida e de chegada de toda atividade

desenvolvida pelos índios. Deve-se ressaltar que a única cooperação estável entre estes indígenas ocorre no interior desta instituição.

Os integrantes dos *te'yi* ou *ñemoñare* podem desenvolver diferentes tipos de atividades tecno-econômicas, tendo acesso a recursos diferenciados entre si. Seus membros podem ser aposentados, professores, agentes de saúde e/ou tratoristas, ou assumir outras incumbências remuneradas; na maioria dos casos, porém, realizam trabalhos periódicos em fazendas das redondezas e nas usinas de álcool da região. Estes recursos, por sua vez, serão articulados com aqueles derivados das atividades agrícolas, de caça, pesca e coleta nas matas, rios e campos da região.

Cabe observar que, ao se deteriorarem as condições para o trabalho nas roças – como desmatamento, alta densidade demográfica, presença de pastagens exóticas, impasses políticos no gerenciamento do trator –, os índios potencializam as atividades de *ajeheka* (literalmente, “ir à procura de”), buscando alternativas em fontes econômicas complementares, como aquelas disponibilizadas pelo homem branco. Deve-se levar em conta que as atividades que geram dinheiro são fundamentais para que os Guarani se aprovisionem de objetos e utensílios que não podem ser produzidos no interior do grupo doméstico.

Um terceiro fator é o critério de distinção e classificação que os índios fazem da realidade material. Entre os Guarani é inoportuno diferenciar, de modo estrito, entre natural e artificial; entendem eles que há uma continuidade entre a vida social e os seres que os ocidentais definem como pertencentes à “natureza”. Para esses indígenas, os animais, os vegetais e os minerais possuem “donos” (*jára*), seres que administram cada um destes elementos do Cosmo, e aos quais são dirigidas rezas para se poder subtraí-los à sua jurisdição, e incorporá-los na vida doméstica indígena. A domesticação, por exemplo, não seria para este grupo étnico uma mudança da condição do animal de “natural” para “artificial” – entendendo este último conceito como produção humana –, mas simplesmente a subtração desse ser do domínio de um determinado *jára* para destiná-lo ao domínio dos homens; a rigor, seria a passagem de uma situação doméstica para outra.

Além disso, com relação à rarefação do mato na região, os Kaiowa e Ñandéva não consideram que se estaria frente a uma “perda de substância”, mas que, em consequência de um comportamento equivocado da parte de índios e brancos, *Ñande Ru* (literalmente “Nosso Pai”, uma das entidades mais significativas do panteão indígena) teria retirado as árvores, escondendo-as dos homens. Para os Guarani isto não é irreversível,

sendo possível a restauração de melhores condições de vida na Terra, dependendo de fatores comportamentais e do equilíbrio socioambiental.

Conclusão

As ponderações aqui feitas lançam alguma luz sobre a questão do porquê tantas tentativas se viram frustradas na aplicação dos “projetos de desenvolvimento” entre os Guarani de Mato Grosso do Sul. Embora esta população tenha sofrido inúmeras tentativas de “aldeamento”, além de claras e violentas pressões para mudar sua forma de organização espacial, bem como para desenvolver suas práticas tecno-econômicas, soube contornar estas imposições, adaptando suas instituições e suas categorias culturais às circunstâncias vividas em cada contexto histórico. Este proceder permitiu a solidificação da instituição da família extensa para responder aos desafios criados pela modernidade.

Nos últimos cem anos, a transferência da ênfase das técnicas de produção para uma sofisticação das técnicas de aquisição na organização das atividades domésticas permitiu aos Guarani a sedimentação, no tempo, de conhecimentos adquiridos por experiências bastante diversificadas. Com a *changa*, atingiram também níveis elevados de compreensão do funcionamento de objetos técnicos ligados à mecanização da agricultura. Porém, os conhecimentos adquiridos, neste último caso, em lugar de melhorar as condições materiais dos grupos macro-familiares, produziram significativos impasses no desenvolvimento de suas experiências agrícolas, visto que mecanização tornava-se incompatível com a organização indígena do trabalho.

Isto, deve-se dizer, deu-se no tocante às tentativas “espontâneas” de utilização, por parte dos Guarani, de tratores e seus implementos. Já no que diz respeito à implementação de atividades planejadas por parte do Estado, é de se observar que as diferentes temporalidades em confronto – por um lado a indígena e por outro a dos agentes indigenistas – produziram mais desencontros do que colaboração efetiva. Ao desconsiderar a organização do trabalho guarani, fundado que é na configuração das famílias extensas, e pretender beneficiar “comunidades indígenas” abstratas, com a centralização das atividades tecno-econômicas nas reservas, os projetos da FUNAI estavam fadados a não alcançarem êxito. Os equívocos destes procedimentos foram evidenciados pelo Projeto Kaiowa-Ñandéva (PKÑ), um programa de trabalho em atividades agrícolas conduzido por antropólogos (1976-1994) junto aos Guarani do MS. As

reflexões feitas sobre essa experiência pelo seu fundador, Rubem F. Thomaz de Almeida, em um livro relativamente recente (Thomaz de Almeida, 2001), colocam em evidência as falácias dos Projetos de Desenvolvimento Comunitário introduzidos pela FUNAI. Conforme já apontada aqui no início, esta crítica foi compartilhada por Silva (1982), que em um trabalho pioneiro havia-se dedicado a analisar essa prática indigenista, demonstrando a incompatibilidade entre a idéia de coletividade atribuída aos índios pelo órgão tutor, com a efetiva organização do trabalho dos Guarani.

Ultimamente, algumas prefeituras de Mato Grosso do Sul e o “Programa Pantanal”, envidaram esforços para superar essa proposição metodológica equivocada, implementando projetos de reduzida envergadura, focados sobre famílias extensas ou pequenos grupos de famílias. Essas experiências, contudo, não se basearam em um aprofundamento do conhecimento das situações locais, nem nas especificidades da organização do trabalho indígena, e ainda menos levaram em consideração a temporalidade guarani.

Vale comentar a proposta do Programa Pantanal de introduzir critérios agro-ecológicos em suas atividades agrícolas, o que, efetivamente, representaria um grande avanço. Sendo os Guarani milenarmente agricultores de agro-florestas, a formulação da proposta agro-ecológica induziria a pensar que este projeto levaria em conta o amplo conhecimento, as modalidades e os tempos nativos em suas práticas agrícolas, e que o projeto se voltaria a tentar introduzir inovações técnicas que permitissem o combate, em bases agro-ecológicas, das condições adversas decorrentes da descaracterização ambiental – esta, por sua vez, produzida pela colonização. Lamentavelmente, no entanto, incorreu-se no equívoco de se planejar e especificar em detalhe o programa de trabalho, sem considerar as condições sociais do local onde seria aplicado, e praticando-se uma rígida distinção cartesiana entre a esfera natural e a intervenção humana – que para os índios é destituída de sentido. Nesta ótica, para se obter eficácia na ação, coloca-se em subordinação as necessidades sociais em face das técnicas e dos tempos previstos. Por exemplo, é proposta a utilização do arado de tração animal, meio técnico que exige elevado tempo diário de dedicação ao trabalho agrícola – o que contrasta firmemente com a dinâmica de socialização cotidiana dos índios, e, inevitavelmente, conduz ao fracasso das atividades planejadas.

Esta visão – que não deixa de ser romântica – de indígenas lidando com técnicas “simples” leva a supor que o arado com tração animal seja uma boa alternativa para substituir o trator; desconsidera-se, contudo,

que os problemas na implantação de projetos tecno-econômicos entre os Guarani não são devidos à incapacidade de gestão técnica do meio introduzido, mas à sua difícil adaptação à organização social do trabalho indígena.

Notas

¹ O critério de escolha das reservas era baseado na concentração de índios encontrados pelo SPI (v. relatório de Pimentel Barboza de 1927 - apud Monteiro, 2003). O imaginário de um assentamento indígena estava vinculado à idéia de "aldeia nucleada", desconsiderando-se totalmente a morfologia social dos Guarani, cujas comunidades eram formadas por grupos locais, demograficamente modestos, distanciados entre si dezenas de quilômetros. As concentrações de índios encontradas pelo SPI eram devidas a situações extraordinárias, geralmente ligadas ao trabalho temporário nos ervais.

² A este respeito, ver: Schaden, 1974 [1954]; Melia et Alii, 1976; Susnik 1979-80, 1983; Thomaz de Almeida, 1991, 2001; Reed, 1995; Pereira, 1999; Mura, 2000, 2004.

³ *Territorialização* entendida, segundo Oliveira (1999), como "uma intervenção política que associa (de forma prescritiva e insofismável) um território bem determinado a um conjunto de indivíduos e grupos sociais".

Referências

Barth, F. Introduction. In: F. Barth (ed.). *Ethnic Groups and Boundaries: The social organization of cultural difference*. Boston: Little Brown & Co, 1969.

_____. *Cosmologies in the Making. A Generative Approach to Cultural Variation in Inner New Guinea*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

_____. *Balinese Worlds*. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

Bourdieu, P. La société traditionnelle. Attitude à l'égard du temps et conduite économique. In: *Sociologie du travail*, (1), jan/mars, 1963.

BRAND, A. J. Desenvolvimento local em comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul: a construção de alternativas. *Interações*, v. 1, n. 2, p. 59-68, mar. 2001.

_____. *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra*. Porto Alegre, 1997, 382P. Tese (Doutorado em História) - PUC/RS.

CORRÊA FILHO, V. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: MEC - Instituto Nacional do Livro, 1969.

Lima, A. C. de S. *Um grande cerco de paz: poder tutelar e indianidade no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

Melià, B., Grünberg, F. & G. Los Paí-Tavyterã: Etnografia guarani del Paraguai contemporaneo. In: *Suplemento Antropológico de la Revista del Ateneo Paraguayo*. v. XI, n. 1-2, 1976.

Monteiro, M. E. B. *Levantamento histórico sobre os índios Kaiwá*. Rio de Janeiro: Museu

do Índio/FUNAI, 2003.

Montoya, A. R. de. *Tesoro de la lengua Guarani*. Leipzig: Julio Platzmann, B.G. Teubner, 1876 [1639].

Mura, F. *Habitações Kaiowá: formas, propriedades técnicas e organização social*. Dissertação de Mestrado apresentada al PPGAS do Museu Nacional - UFRJ. Rio de Janeiro, 2000.

_____. As relações entre os Guarani Kaiowa e Guarani Ñandeva e o mundo material: processos de transformação histórica. Texto apresentado no 1º ENCONTRO DE ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA DA REGIÃO CENTRO-OESTE E NO 7º WORKSHOP DE PLANTAS MEDICINAIS DE MATO GROSSO DO SUL. Junho, 2003.

_____. O Tekoha como categoria histórica: elaborações culturais e estratégias kaiowa na construção do território. *Revista Fronteiras*. n. 13, 2004.

Mura, F. & Thomaz de Almeida, R. F. Relatório Antropológico de Revisão de Limites da T.I. Porto Lindo (Jakarey)". Mimeo. Brasília: FUNAI, 2002.

Oliveira, J. P. de. Uma etnologia dos "índios misturados": situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

Pereira, L. M. *Parentesco e Organização Social Kaiowá*. Campinas, 1999, 233 p. Dissertação (Mestrado) - IFCH/UNICAMP.

Reed, R. K. *Prophets of agroforestry: guaraní communities and commercial gathering*. Austin: University of Texas Press, 1995.

Schaden, E. *Aspectos fundamentais da cultura guarani*. São Paulo: E.P.U./EDUSP, 1974 [1954].

Silva, J. A. F. *Os Kaiowá e a ideología dos projetos econômicos*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1982.

Susnik, B. *Etnohistoria de los guaranies: epoca colonial*. Los aborígenes del Paraguay. v. II, Asunción, 1979-80.

_____. *Ciclo vital y estructura social*. Los aborígenes del Paraguay. v. V, Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1983.

Thomaz de Almeida, R. F. *O projeto Kaiowa-Ñandeva: uma experiência de etnodesenvolvimento junto aos Guarani-Kaiowa e Guarani-Ñandeva contemporâneos do Mato Grosso do Sul*. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGAS/ Museu Nacional / UFRJ. Rio de Janeiro, 1991.

_____. *Do desenvolvimento comunitário à mobilização política: o Projeto Kaiowa-Ñandeva como experiência antropológica*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2001.

THOMAZ DE ALMEIDA, R.F. & Mura, F. História y territorio entre los Guarani de Mato Grosso do Sul, Brasil. *Revista de Índias*. v. LXIV, n. 230, jan/abr, 2004.

Recebido em 24 de agosto de 2005.

Aprovado para publicação em 05 de setembro de 2005.